

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

##ATO Ato nº 404 de 21 de setembro de 2015.

**##TEX O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve: Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal, anexo I, conforme a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, referente ao período de setembro/2014 a agosto/2015, para divulgação e conhecimento público.**

##ASS FRANCISCO TARCÍSIO GUEDES LIMA VERDE JÚNIOR  
##CAR Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")			RS 1,00
Despesas Executadas (últimos 12 meses)			
DESPESA COM PESSOAL	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>294.790.858,92</b>	<b>1.044.325,20</b>	<b>295.835.184,12</b>
Pessoal Ativo	220.032.070,22	726.309,11	220.758.379,33
Pessoal Inativo e Pensionistas	74.758.788,70	318.016,09	75.076.804,79
Outras despesas de pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>69.795.340,44</b>	<b>778.815,67</b>	<b>70.574.156,11</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			
Decorrentes de Decisão Judicial	316.203,24		316.203,24
Despesas de Exercícios Anteriores	727.282,37	778.815,67	1.506.098,04
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	68.751.854,83		68.751.854,83
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)</b>	<b>224.995.518,48</b>	<b>265.509,53</b>	<b>225.261.028,01</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>			
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)</b>			<b>656.857.643.000,00</b>
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (V) = (IIIc/IV) x 100</b>	<b>0,034253%</b>	<b>0,000040%</b>	<b>0,034294%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>		<b>0,069410%</b>	<b>455.924.890,01</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)</b>		<b>0,065940%</b>	<b>433.128.645,51</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)</b>		<b>0,062469%</b>	<b>410.332.401,01</b>
FONTE: SIAFI e DIVISÃO DE CONTABILIDADE/SAOF/TRT 7ª Região - 10/SET/2015 - 09h			

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da lei 4.320/64.

2) Nas despesas com Pessoal não estão computadas àquelas executadas por meio de descentralização externa de crédito (Destaque), conforme disposição do item 9.6 do Acórdão TCU 2097/2011 - Plenário, quais sejam:

a) Precatórios da Adm.Direta - R\$ 41.725,56 e Requisições de Pequeno Valor (RPV) - R\$ 80.048,77.

3) As despesas de Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC nº 101/2000

##DAT Fortaleza, 21 de setembro de 2015.

##ASS FRANCISCO TARCÍSIO GUEDES LIMA VERDE JÚNIOR  
##CAR Desembargador Presidente do Tribunal

##ASS ANA PAULA BORGES DE ARAÚJO ZAUPA  
##CAR Diretora Geral-Ordenadora de Despesas

##ASS NEIARA SÃO THIAGO CYSNE FROTA  
##CAR Diretora da Divisão de Orçamento e Finanças

##ASS SONILDES DANTAS DE LACERDA  
##CAR Secretária de Controle Interno